



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: GILSON BARRETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 11/09/2019

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Boa tarde a todos! Na qualidade de Presidente da Comissão de Administração Pública, declaro abertos os trabalhos do oitava audiência pública do ano de 2019, com a presença dos Srs. Vereadores da Comissão.

Informo que esta audiência está sendo transmitida através do Portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br link auditórios online.

Em atendimento ao requerimento 48/19 aprovado por esta comissão em 28 de agosto de 2019, Audiência Pública temática para discussão a cerca da situação dos moradores da comunidade denominada Morro dos Macacos, no extremo Sul de São Paulo. Distrito de Pedreiras.

Esta Audiência Pública foi pelo Requerimento do nobre Vereador Alfredinho e a comissão marcou para esta data, para ouvirmos a Secretaria de Municipal de Habitação concernente ao assunto.

Representando a Secretaria Municipal de Habitação o Sr. Eduardo Debrassi, Secretário-adjunto. Registrar presença do Sr. Saulo Inácio da Silva, Supervisor de Habitação da Cidade Ademar.

Para fazer relato sobre audiência pública quero passar o proponente da Comissão da audiência pública, nobre Vereador Alfredinho.

O SR. ALFREDINHO – Sr. Presidente, primeiro parabenizar os presentes os representantes da Secretaria de Habitação. Convidamos outros órgãos, como Diretor da Cohab, Alexandre Peixe, Presidente da Cohab, parece que não está. Também convidamos Subprefeito da Cidade Ademar, que mandou um representante. Conselho Municipal de Habitação e a Promotoria Municipal de Habitação que, lamentavelmente, chamamos em audiências como essa, eles não aparecem. Nos ajudariam muito porque é um órgão oficial que, inclusive, pode ajudar do ponto de vista jurídico em relação as demandas que temos na área de Habitação na cidade.

Essa audiência pública fui procurado por moradores daquela região, porque lá está havendo uma reintegração de posse há alguns dias, e essa reintegração de posse está sendo

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4

NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 17635

DATA: 11/09/2019

FL: 2 DE 22

feita dar nenhum tipo de opção para as pessoas. Claro, cabe ao Município e as autoridades se preocupar em que as pessoas tenham onde morar e que elas morem em lugar de área de risco, em lugar que não deveriam morar, não é porque querem, mas é porque não têm condições financeira. Aí se sujeitam a morar nesses lugares. A história é que certa vez teve um problema de um desabamento, depois uma obra de prevenção do risco e que moradores foram tirados de lá naquela época. Uma parte até onde eu sei foram levados para o bairro da Mata Virgem, uma área, também de construção popular do Governo, e uma parte que ficaram, esses que estão saindo agora, estão sendo retirados de lá, nem a Prefeitura, nem o Estado se responsabilizam, nem com programa de aluguel social e nem com a opção de moradia. Já conversamos com o Secretário, com a Secretaria de Habitação, até porque na Cidade Ademar, região de Pedreira, especificamente, temos um dos maiores empreendimentos popular habitacional do município que o Espanha que são 3.500 unidades e que estão sendo entregues algumas que já estão prontas e que quando foi feito, era para atender, exatamente, a Bacia Bilíngues, daquela parte de lá, Pedreira, isso acordo no parque, na época. Depois, por até solicitação nossa, e de muitos outros companheiros vereadores também, mudou-se lá: temos que garantir que só permitia que fosse moradores de áreas de risco da região de Pedreira e Cidade Ademar, e que aí está permitindo que venha outros moradores que estejam em áreas de risco da Bacia de Guarapiranga. Sei que alguns do Cantinho do Céu já foram, do Jardim Gaivotas também já foram e nós pedimos que esse pessoal que ali estão fossem incluídos nas demandas ali do Espanha. A opção mais imediata que está mais próxima. Têm outras opções. Eu sei que tem empreendimento e de construção de moradia na zona Sul, é lá e também na chácara do Conde, mas sei que a Chácara do Conde são 1100 unidades que também estão comprometidas com pessoas de áreas de risco, também daquela região.

Eu falei ontem com João Farias Secretário de Habitação, ele disse que não poderia vir, mas ia mandar o Adjunto, que teríamos de encontrar uma saída. Até porque não adianta fechar os olhos e ignorar que não tem o problema. Gestor público é assim mesmo. Sabemos que tudo é difícil, mas o gestor público tem obrigação e está lá para resolver a situação.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 17635 DATA: 11/09/2019 FL: 3 DE 22

Queremos sair daqui, com um indicativo, do que fazer com o número de pessoas. Eu não sei exatamente o número de pessoas que estão, até alguns moradores, têm gente da associação que tem esse controle. Não sei se a Secretaria tem esse cadastro na própria Secretaria, mas pela informação que eu tenho passa de 100.

Então Sr. Presidente nós temos a opção de CDHU, que é do Estado que deveria estar aqui, felizmente não está. E temos a opção da COHAB que é a Companhia Municipal de Habitação do Município, que é preciso encaixar essas pessoas em programas de moradias na Cidade de São Paulo. São pessoas de baixa renda. São pessoas que se encaixam no perfil de zero a três salários mínimos no programa Minha Casa, Minha Vida.

Inicialmente, eram essas as constelações que eu tenho a fazer. Aguardar aqui a posição da Secretaria de Habitação na pessoa do Eduardo que eu conheço como Dudu.

Eu não sei se chegou mais alguém que foi convidado, para depois abrir a palavra aos moradores para que possam colocar a situação dos mesmos aqui na reunião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado nobre Vereador. Vereador combativo, principalmente, nessa área de Habitação. Quero dizer que estamos através da Comissão de Administração Pública, formada por sete vereadores, estamos em audiência pública. O assunto não encerra hoje. Isso depois tem os encaminhamentos, principalmente, através do nobre Vereador Alfredinho. Nós estamos com Secretaria de Habitação e vamos fazer o seguinte: audiência pública acontece das 13 às 14 horas. Se não der para terminar tudo hoje, podemos ver depois. Daí o nobre Vereador Alfredinho vai requerer.

Depois que ouvimos o Secretário-adjunto, o Eduardo, vamos abrir a palavra para vocês se manifestarem, por que a audiência pública é exatamente, para ouvirmos as pessoas.

Passo a palavra ao Secretário-adjunto da Secretaria Municipal de Habitação, Sr. Eduardo Debrassi.

O SR. EDUARDO DEBRASSI - Em primeiro lugar, boa tarde a todos! Agradecer aqui a esse convite feito pela Comissão na figura do seu Presidente, nobre Vereador Gilson

Barreto e Vereador Alfredinho, são sempre parceiros nessa luta da Habitação do Município de São Paulo, sempre sensíveis essas demandas da população.

Primeiro lugar gostaria de dizer a vocês que, logicamente, existe um déficit muito grande no Município de São Paulo, tanto na produção de unidades habitacionais quanto ainda dos processos de regularização fundiária.

Estamos falando nos números encaminhados aqui no plano Municipal de Habitação que está em debate nessa casa em 800 mil famílias que vivem em áreas irregulares, que precisam ser regularizadas para o Município de São Paulo, e 300 mil famílias que é o deficit habitacional da Cidade de São Paulo.

Também poderia dizer para vocês o seguinte: que o Sr. Prefeito Bruno Covas nesses dois anos, estamos finalizando empreendimentos iniciados na gestão do Prefeito Kassab, também durante todo a encaminhamento iniciados durante o Governo do Prefeito Haddad, estamos entregando 21 mil unidades habitacionais até Junho do ano que vem nesse biênio 2019/2020. Mas esse número é insignificante frente à demanda existente.

Então, basicamente, esses empreendimentos são para fazer a remoção de famílias de áreas de interesse do Município. Áreas de preservação ambiental, a questão de áreas de recuperação de mananciais. Ali nessa região da Cidade Ademar temos uma grande concentração de obras de urbanização e programa de regularização, e esse empreendimento que todos olham que o Residencial Espanha são 14 condomínios totalizando 3560 unidades habitacionais, ele foi justamente como foi relatado pelo vereador Alfredinho para o atendimento de demandas daquela região em que forçoso a Prefeitura do Município de São Paulo pra poder fazer as suas obras de urbanização, ter de fazer a remoção das famílias. Era um projeto integrado que na época era o parque mananciais, da qual vieram parte dos recursos do Governo Federal e esses empreendimentos visavam atender a essas famílias. Não era para uma demanda aberta do Município. Eles estavam, logicamente, que chamamos de demanda fechada para ser atendidas essas famílias que estavam em área de remoção, para as obras de interesse da cidade,

Eu digo isso porque o Morro dos Macacos, ele tinha uma especificidade de uma área risco geológico, de área de risco quatro, que inclusive existem várias ações do Ministério Público não só de reintegração da Prefeitura que obriga o Município fazer essa reintegração porque as famílias que se encontram nessas áreas circunstavam em risco de morte. Elas ali estavam morando naquelas áreas, estão colocando a sua vida em risco e a de seus familiares também. Todos os estudos geológicos que foram feitos lá, basicamente, eram famílias em risco 4, e algumas famílias risco 3. E a Prefeitura Municipal de São Paulo, por ações judiciais que foram feitas se não fizéssemos a reintegração dessas áreas, estávamos, pelos acordos judiciais que foram feitos, ainda pagando multa diária. Porque não se complementou toda remoção das famílias que precisam sair daquela área. Vocês devem estar a par de que o próprio Batalhão já nos chamou, para que tenhamos mais uma desocupação naquela parte de cima marcada para o dia 24 setembro. Irão ainda acontecer outras desapropriações. Aquela área é uma área particular, e que já está com decisão, e já está com encaminhamento para ser feita à desocupação.

O SR. ALFREDINHO – Toda particular, ou tem parte particular e parte particular, ou tem parte publica?

O SR. EDUARDO DEBRASSI – A parte que está agora para integração no dia 24 é à área particular. Existe uma pressão do Ministério Público para que agilizamos, também em outras áreas ali na qual estamos pagando multa diária porque não promovemos, por entendimento do Ministério Público, no ritmo desejado pela Justiça no Município da Cidade de São Paulo. Eles querem uma reintegração mais rápida da área.

O SR. ANDRÉ SANTOS – Boa tarde a todos! Só para ficar um pouquinho mais inteirado, o que já foi discutido até agora, em relação à vinda dele em relação a Secretaria?

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – O nobre vereador Alfredinho fez um preâmbulo a respeito da situação. O Secretário-adjunto Eduardo, está colocando a situação como está em função judicial, que houve o desalojamento do pessoal, e tem previsto mais

outras áreas também, que ele estava complementando agora. Gostaria que o senhor repetisse isso a respeito, para que o Vereador André Santos pudesse ter ciência. Só essa questão do onde vai ser desalojado o pessoal.

O SR. EDUARDO DEBRASSI - Em primeiro lugar, parabenizar o nobre Vereador André Santos, que é sempre um elemento muito presente nessa luta da Habitação, temos nos acompanhado em vários movimentos na região que tem intervenção do seu mandato e sempre é uma pessoa muito ponderada entre compatibilizar os interesses da cidade e os interesses dos moradores, que são afetados por ações da Secretaria Municipal de Habitação, seja na remoção, mas muitas vezes também, temos feito a entrega de títulos de terra e também de entrega de unidades habitacionais para as populações da zona Norte de São Paulo.

A respeito dessa região, é uma região chamada Morro dos Macacos, e só por ser chamado de morro, já tem a ideia de que é uma área toda em declive em que foi constatado risco 4. As famílias que estavam morando lá ela estavam em risco. Apesar de ser uma ocupação antiga do Município de São Paulo, está desde o final, há mais de 10 anos, quase que já teve uma ocupação inicial, e o que houve ali e aí então voltando para cá é que estamos tendo de completar essa desocupação da área, por que a própria Justiça está nos multando diariamente enquanto não for feita toda a remoção da área. Eles consideram que não estamos fazendo a remoção no ritmo desejado pela Justiça e nós temos procurado, geralmente, intervir nessa situação para não criar um trauma maior já que sempre a desocupação desse número de famílias é uma coisa que impacta muito o entorno. As famílias e o próprio setor público também que tem que dar algum nível de atendimento para essas famílias.

Então, voltando aqui, houve uma intervenção feita pela Diretoria Técnica Social. São essas estruturas que agem do ponto de vista da área; e foi feito um cadastramento da área inicial. A gente considera esse cadastramento como sendo o congelamento da área, que são aquelas famílias que inicialmente estavam morando lá mais tempo, e que, com ela, a secretaria tenha responsabilidade de dar um provimento de unidade habitacional, porque era, nessa montagem, que estava colocado ali, em torno do Parque Mananciais, e também dos

programas da Secretaria Municipal da Habitação. Na área, foi construído um equipamento que se chama agora, inclusive objeto do debate aqui, Conjunto Habitacional Espanha, que são 14 condomínios que têm 3.560 unidades habitacionais na área, todas com demanda fechada, já para retirada de moradores em áreas de risco, áreas de mananciais, que precisam ser recuperadas, da qual os recursos vieram justamente para que essas áreas fossem liberadas, para serem destinadas para o município. Ali há o Parque dos Búfalos, um parque da Secretaria de Verde e Meio Ambiente, e temos também a recuperação de áreas de córrego e mananciais, na qual também existem obras de urbanização. As que não foram removidas, nessa área, que eram de moradores antigos, nós estamos realizando a regularização fundiária desses núcleos precários que existiam na área.

Mais especificamente sobre o morro, quando houve o congelamento, também foi informado, na área, que para a reocupação da área, não haveria destinação de atendimento habitacional e nem nós poderíamos dar qualquer outro tipo de atendimento. As pessoas que foram, na época, na medida em que fomos fazendo a desocupação e elas foram chegando, foram sempre informadas pelos nossos técnicos da Secretaria de Habitação da área, que a reocupação seria por conta e risco da família e nós não poderíamos garantir nenhum tipo de atendimento habitacional, inclusive pela portaria e nem o auxílio-aluguel para as famílias.

O que acabou acontecendo? Esse monitoramento do teto social foi até 2016, quando se começou a reintegração global da área. Nesse período, daquele núcleo inicial que morava lá, no Morro dos Macacos, já, em 2013, 500 famílias foram atendidas no empreendimento nosso, chamado Mata Virgem, que foi entregue em 2013. Quinhentas famílias já foram atendidas ali, e agora 400 famílias que também eram moradoras da área foram levadas já. Inclusive a maior parte já está morando no Condomínio Espanha. Então, nós atendemos, daquela população que existia na área, que estava em área pública e que era de responsabilidade nossa, a 900 famílias no empreendimento, e todas as reocupações que foram feitas, tanto a subprefeituras... Não estou falando só do Governo atual, já no Governo do Sr. Prefeito Haddad houve uma intervenção na área. Os nossos técnicos que permaneçam, na

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 17635 DATA: 11/09/2019 FL: 8 DE 22

secretaria, relata-nos essa questão, de que foram informadas às famílias que nós não poderíamos prestar mais nenhum nível de atendimento com relação à área. Então, nós estamos nessa fase final da reintegração. Essa área vai ser agora toda finalizada ali pela subprefeitura, com a remoção dos entulhos, e essa área será destinada para a Secretaria Municipal do Verde e Meio ambiente, que dará uma destinação para ela, apropriada à área, porque tiveram que fazer todos os recortes, para que não houvesse mais o desmoronamento mais do morro. Há certos patamares que ali vão ficar, e essas vão ser ocupadas pela Secretaria do Verde e Meio ambiente.

O SR. ALFREDINHO – A área vai ser desapropriada agora?

O SR. EDUARDO DEBRASSI – Não, essa área é municipal.

O SR. ALFREDINHO – Eu não entendi. O senhor falou inicialmente que a área era particular.

O SR. EDUARDO DEBRASSI – Não, não. Hoje aqui a última parte que falta é particular. Já há sentença colocada. Nessa, nós não temos capacidade de intervenção. Esse é um problema da Justiça, diretamente com os moradores da área e o proprietário da área. A Sehab não participa dessa questão. Apenas nós colocamos as nossas equipes. Nós temos um núcleo. Está aqui a nossa diretora, que é advogada.

O SR. ALFREDINHO – É muito esquisito.

O SR. EDUARDO DEBRASSI – Ela é responsável para fazer esses acompanhamentos. É o chamado núcleo de conflito.

O SR. ALFREDINHO – É esquisito, porque quem está pedindo a desapropriação não é nem o proprietário; é o Ministério Público. Pelo lógico, quem teria que pedir era o proprietário, a Prefeitura. Estão tirando as pessoas e não estão obrigando o proprietário a cuidar da área, a proteger a área. (Palmas)

O SR. EDUARDO DEBRASSI – Em primeiro lugar, não somos nós, como V.Exa. bem falou. Não é a Prefeitura Municipal, não é a Sehab e nem o Sr. Prefeito Bruno Covas.

O SR. ALFREDINHO – Há a caneta para multar.

O SR. EDUARDO DEBRASSI – Isso poderia ter sido feito pelo Governo Haddad e não foi. Então, essa área é egressa de vários outros... Então, concretamente, o que nós estamos falando é o seguinte: Eu respondo pela intervenção de Sehab tanto anteriormente quanto agora. O que nós estamos fazendo é um procedimento e dando continuidade a um procedimento que foi acordado inclusive em um governo anterior. Isso tudo dura há mais de dez anos.

Isso não é iniciativa de Sehab. Quem solicitou essa remoção das famílias ali é o Ministério Público. É como o Vereador falou. Nós não temos, enquanto Poder Público, como entrar no litígio de uma área que está sendo judicializada e que não é de propriedade do município. Então, não é nossa questão. Essa questão nós apenas intervimos, do ponto de vista de minimizar conflitos e riscos.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Nós, *a priori*, nós vamos pedir para cinco pessoas usarem a palavra. Depois vamos voltar à discussão na mesa. Se houver tempo, a gente ainda abre inscrição para mais algumas pessoas.

Tem a palavra o Sr. Marcelo Moreni Ayres da Silva.

O SR. MARCELO MORENI AYRES DA SILVA - Boa tarde a todos. Meu nome é Marcelo Moreni Ayres da Silva. Sou um dos representantes do Morro do Macaco, dessa família a qual eu defendo. O motivo da nossa presença aqui seria em relação ao que está ocorrendo na Cidade.

Segundo o Sr. Eduardo, da Sehab, nós estamos com uma dificuldade exclusivamente com a Sehab, diretamente com a Sehab. Quais seriam os motivos da Sehab? A Sehab entreviu, da melhor forma, para que não ocorresse o pior entre os moradores. Pois bem, a Sehab contratou pessoas despreparadas, que não tinham como fazer o trabalho; e foi feito o serviço de qualquer jeito e as famílias foram jogadas na rua, ou seja, várias famílias, que estão dentro da comunidade, estão dividindo o mesmo teto para duas famílias. Então, nós estamos com esse tipo de situação desleigante. As famílias que saíram da divisa de Diadema com São Paulo, que é onde fica a Mata Virgem, vieram para cá. Como V.Exa. observa, são

pessoas simples, pessoas humildes, que não têm, de fato, aquela força para poder falar o que está acontecendo.

Quanto a esse terreno particular que falaram que foi desocupado, que foram as 900 famílias, o Governo do Estado de São Paulo gastou lá cem milhões para poder fazer todo aquele trabalho lá, porque não foi feito nada. Por isso que as famílias que estão aqui habitaram aquela região. Nós não invadimos, nós ocupamos. Estava completamente abandonado. As famílias aqui hoje não estão conseguindo manterem-se em cima de aluguel, em cima de água e em cima de luz, sem contar o desemprego, que é muito grande na nossa região. As famílias que ficam com as crianças, por exemplo, têm uma grande dificuldade em relação à escola, porque elas são discriminadas na escola. Quanto às famílias que aqui estão - eu posso afirmar para V.Exa. também, em relação à saúde - elas também sofrem o mesmo problema com a saúde. Hoje se for até o Morro do Macaco ver a reintegração que houve, contar o tempo que foi feita a reintegração e o jeito que está lá em cima, V.Exa. vai ver que lá está completamente abandonado. Ou seja, o Governo do Estado mandou uma intimação, para ser feita a desocupação. A desocupação foi feita e o terreno continua abandonado e sujo, com um monte de ratos, numa situação deselegante. (Palmas)

Essas famílias que estão aqui dentro necessitam... Nós não estamos fazendo a ocupação daquela, porque realmente há pessoas que têm maldade ou estão de má-fé. É claro várias pessoas, junto ao núcleo, não têm as mesmas necessidades dessas famílias que nós defendemos. Eu tenho certeza de que os senhores, do outro lado da mesa, também se sensibilizam, porque eu acredito que os senhores são humanos iguais a todos nós aqui. Então, basta a gente nos recordar dos anos 70, quando a gente vivia aqui, nesta grande metrópole, e pegava ônibus, para sair para um lado e para o outro. A gente passava uma grande humilhação. Os senhores vão entender a humilhação que estão passando lá. Mas por que há essa humilhação? Porque há lama, sujeira, água e esgoto, e nós temos essa dificuldade. Como o nosso tempo está terminando, eu tenho certeza que essas famílias também vão completar as minhas palavras, como mães que são. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Mayara Oliveira.

A SRA. MAYARA OLIVEIRA – Boa tarde. O Sr. Eduardo falou que estava tentando melhorar para a população, tirando a área de risco, só que depois que entraram e tiraram a área de risco, a gente está na área de risco pior, porque deixaram a sujeira, as madeiras e estouraram muitos canos de esgoto. Então, a gente está vivendo no esgoto a céu aberto. Não foram lá fazer a limpeza; e as crianças de lá estão pegando bactérias no sangue. O meu filho de dois anos pegou, e eu tive que mandá-lo para Bahia, porque não havia como eu ficar com o meu filho lá naquelas condições.

Então, os senhores falaram que quer melhorar para a população. Mas como os senhores querem melhorar para a população se nem os senhores fazem o que prometeram, de tirar a sujeira de lá? (Palmas) Nessa semana, uma criança teve que passar por uma cirurgia, porque também pegou bactéria.

Então, queremos saber dos senhores. Se falam que tanto fazem, por que os senhores mesmos não foram e tiraram o lixo que tanto prometeram? A Sra. Ana tem ligado para lá, para tirarem o lixo, e até hoje a gente não viu ninguém lá tirando lixo. A gente está vivendo com esgoto a céu aberto. Há muitos ratos. As crianças estão sofrendo muito com várias doenças que estão pegando lá. Há muitas bactérias. No tempo de chuvas, as madeiras estão descendo para os outros barracos. A lama está invadindo os barracos de baixo. Então, queremos uma solução sobre isso, sobre a sujeira que deixaram lá depois que removeram o morro.

Obrigada, agradeço. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – A Próxima oradora a Sra. Esequiela Alves.

A SRA. ESEQUIELA ALVES - Boa tarde.

Tenho uma filha que já ficou doente, há falta de água, o esgoto. Tudo é muito contaminante às famílias. A gente não está aqui não só em prol a nós, é mais às crianças, porque a gente tem filhos. Também não só as crianças, mas aos idosos, crianças deficientes. A gente não está em prol a nós, mais às crianças.

Eles são seres humanos, a gente não pensa na gente, mas neles, porque daqui para frente eles estarão aqui. Não nós.

Eu só quero que vocês tenham um pouco de colaboração com a gente, porque somos seres humanos, não somos cachorros, nem animal para ser maltratados lá.

Prá passar num posto de saúde, a gente é tratado como um MM. Por que MM? Morro do Macaco. A gente não tem um agente comunitário lá prá dar atenção prá nós. É uma luta prá passar no posto com as crianças. Quando elas adoecem, a gente precisa ir a outro lugar prá passar as crianças, porque não dão atenção para nós.

A saúde é em prol, só que lá está demais. Demais. É isso.

Quero agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado, Esequiela. Tem a palavra o Sr. Bruno Santos.

O SR. BRUNO SANTOS - Olá, tudo bem, gente!

Boa tarde, guerreiros do Morro do Macaco. Quero agradecer primeiro. Não conte o meu tempo, não. Agradeço ao Alfredinho que puxou prá gente essa conversa, valeu Alfredinho.

Vou falar direto prá o Secretário Adjunto: em relação ao Morro do Macaco, o que vem acontecendo, desde quando, em 2012, que derrubou e houve atendimento para 900, como você falou. Agora, desocupou uma área de cima, de forma vergonhosa, em minha opinião. A Prefeitura tem de dar assistência e garantir o que está na Constituição, que é a moradia para o povo. (Palmas)

Não venham falar que o povo ocupou lá e mora naquela situação. Tem gente lá que quer construir a casa, fazer fundação, trabalha. Mas não pode, porque a máquina vai lá derrubar. Que garantia que dá?

Agora, a população se organizou, tem uma associação organizada. O povo está aqui, veio de carona, deu um jeito para quê? Para ter pelo menos uma solução.

Temos dois problemas. O primeiro é a moradia garantida de cada um. Cada barraco daquele já tinha de ter um selo. Como você quer frear a área se você não selou cada

barraco com nome e inscrição de cada um que está lá. Não vai frear a área.

Outra situação: você quer levar a Secretaria do Verde para intervir em área que tem uma comunidade. Tem gente que ama essa comunidade e está lá há mais de 20 anos. Nada vai ser feito lá se não for junto com a população. (Palmas)

Tem muita gente aqui que pode: uma horta comunitária, um parque, uma quadra, um ecoponto, porque aquela área é de garimpeiro, para quem sabe e que está vivendo.

Eu acredito que a Prefeitura está cometendo um erro. Eu vi que tem problemas de governo, falou que foi do Haddad. Não quero saber de nenhum partido ou qual é o governo. O problema vai se arrastar se vocês não resolverem. Nós estamos aqui para ajudar a resolver o problema.

Porque o que eu percebi, um pouco, é que a Prefeitura está sento multada. É isso? Está sendo multada cada dia, porque o Ministério falou para a Prefeitura - vamos falar em poucas palavras -: cadê o dinheiro da área? Tinha uma obra lá, cadê a obra? Agora há famílias em área de risco. A Prefeitura foi e tirou sem indenizar.

Nós falamos que não podia ocupar. Tá bom. Não pode ocupar e aí? O povo vai morar onde? A gente está em situação de risco, mesmo. Não falou que não tinha de tirar. Mas dessa forma? Gente que não tinha nada e perde geladeira, fogão. Vergonhoso.

Duas perguntas, só para finalizar. A primeira, vamos garantir a moradia do povo, congelar a área. Como? Vamos na associação, as lideranças, os ativos que temos, para poder construir o ecoponto. Vamos trazer o Verde para conversar com a gente, viu Subsecretário, pra gente poder construir. Aí sim, nós vamos ter um projeto legal juntos. Mas dessa forma, não fala com a gente.

A área está suja, crianças ficando doentes e a gente parece até que somos ratos.

Quero agradecer a oportunidade. Tenho representado vocês aí.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado Bruno.

Tem a palavra o Sr. Lindomar Matias.

O SR. LINDOMAR MATIAS - Boa tarde, pessoal.

Eu sou o Lindomar Matias, moro no Morro do Macaco há seis anos. Desde quando cheguei lá, comecei a construir, a Prefeitura nunca foi lá para me frear, para parar a gente.

Depois que nós construirmos, tomamos conta da área, hoje existe Prefeitura, existe Meio Ambiente, existe tudo. Só que não fazem nada por nós. Hoje, para nós passarmos no posto de saúde, não tem um agente. Eu tenho uma pessoa especial dentro da minha casa, não vai uma agente de saúde lá.

Vim do Campo Limpo e quando cheguei lá, ocorreu que fui buscar uma fralda no posto de saúde. Quando cheguei no posto, o agente falou que nós éramos desconhecidos. Não somos reconhecidos.

A Secretaria da Habitação foi lá fazer cadastro. Chegou lá corrido. Moro lá há seis anos e não tenho cadastro, porque não deu tempo de todos fazerem. Como nós não somos reconhecidos até pela Secretaria da Habitação?

Nós estamos numa situação, pedindo um socorro. Nós precisamos de alguém que socorra a gente.

Muito obrigado, pessoal. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Vou passar para...

O SR. SOUZA SANTOS – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pela ordem.

O SR. SOUZA SANTOS – Vou pedir para assessoria, porque enquanto não se resolve a questão de moradia, precisa ser vista a questão de saúde. Eu pedi agora para a assessoria verificar uma forma de também pedir para que alguma coisa seja feita em relação à saúde, para que possa dar uma assistência, pelo menos no momento, para essas situações, esses casos. Vou pedir para o pessoal da nossa assessoria verificar isso.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Parabéns, Vereador.

Passo para o Sr. Eduardo fazer comentário sobre o que foi apresentado, em seguida, passo para os Srs. Vereadores novamente.

O SR. ALFREDINHO – Em seguida eu peço questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pois não.

O SR. ALFREDINHO – Após a fala do Eduardo.

O SR. EDUARDO DEBRASSI – Olha gente, em primeiro lugar, do ponto de vista pessoal, eu gostaria de dizer a vocês que como qualquer pessoa é solidária a situação de vocês.

Essa situação que vocês vivem hoje, que comporta a questão do desemprego, do trabalho informal, situações de que o Poder Público até hoje não conseguiu dar todo o atendimento que seria necessário a essas pessoas. Esse problema não vai ser resolvido em um governo, mas é problema de gerações.

Os problemas de São Paulo são muito grandes, como falei no início, nós temos 800 mil famílias em situação irregular na Cidade, em núcleos precários. Isso depende de recurso para fazer urbanização, depende de equipes para fazer a regularização fundiária de todas essas famílias e a capacidade do Poder Público ela leva sempre dois parâmetros: a sua realidade orçamentária de um lado e, de outro, a legislação.

Como gestor público, nós somos sempre obrigados a seguir esses dois parâmetros. No orçamento que há na Cidade, porque não se pode produzir nem gastar dinheiro que não existe, não se pode construir dívidas nem nada, porque senão o Ministério Público, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, hoje, penaliza o gestor. Por outro lado, também, não se pode fazer nada que a lei não possibilite fazer.

O que a lei não proíbe a Secretaria da Habitação está fazendo, mas o que a lei determina, nós somos obrigados, enquanto gestores públicos, a cumprir o que é determinação do Judiciário. Quem vender outra coisa para vocês, está vendendo uma ilusão. Eu não vou vender ilusão para vocês.

Eu sei que é importante que cada família saiba exatamente qual é a sua situação para individualmente ela poder tomar a sua decisão. Se ela vai procurar um advogado, se vai fazer uma manifestação, se vai procurar a Secretaria da Habitação ou a Câmara Municipal.

Mas vocês têm de ter noção da gravidade da situação em que vocês se encontram.

Essa não é responsabilidade só de Sehab. É uma determinação judicial. Aquela área será reintegrada. Nós fizemos a primeira parte da reintegração há cerca de 90 dias. A equipe esteve na área, porque a única possibilidade jurídica que nós tínhamos para fazer o atendimento de vocês era que fossem cadastrados, no Cadastro Geral de Cohab, o que possibilitaria a vocês, como qualquer cidadão da cidade de São Paulo, nas unidades habitacionais que forem produzidas, vocês poderem ter acesso a esse bem público. Se vocês, dentro dos critérios, forem ficar com os que poderiam ter destinação da unidade habitacional. Agora, a realidade é essa.

Então a respeito de pessoas despreparadas, eu diria para vocês o seguinte, essas equipes trabalham na área há mais de 10 anos. A selagem que vocês cobram e o atendimento do cadastramento feito, foi justamente para aquelas pessoas que estavam naquela área antes de vocês.

As 900 famílias que foram atendidas hoje com unidades habitacionais, vocês vieram posteriormente para ocupar essa área. Por isso, o companheiro Bruno falou que está lá há seis anos. Porque está justamente há seis anos lá porque houve uma desocupação da área e 500 moradores que estavam naquela área foram levados para o primeiro empreendimento que atendeu que foi o Mata Virgem. Por isso, abriu aquele espaço na área.

Acontece que, desde o início, está sendo monitorado pelo Ministério Público, pelo Judiciário, e sempre foi dito muito claramente para as famílias da área que aquelas que estavam no cadastro inicial são as que estão lá há mais de 20 anos. Quando vocês falam que há famílias que estavam lá há 20 anos, elas foram cadastradas, em 2010, para entrar nesses empreendimentos habitacionais.

As 400 famílias que foram agora, recentemente, para o Espanha, são aquelas famílias que estavam lá há 20 anos. Todas as que estão agora, a partir de 2013, são reocupação. Nessa reocupação, por portaria, por legislação, por regramento, nós não poderemos atendê-los da mesma forma que foram atendidas aquelas anteriores.

Sobre a questão da área, quando há essa reintegração e houve, entre 90 e 60 dias essa reintegração, a opção da subprefeitura e da Secretaria da Habitação é justamente deixar o entulho para que não haja reocupação.

- Manifestação do público.

O SR. EDUARDO DEBRASSI – Essa é a realidade. É companheiros. É exatamente isso.

É o seguinte, se nós limpamos... Quero dizer claramente para vocês, se nós limpamos a área, vai haver reocupação. Vai haver. Porque quando inicia a reocupação, vocês sabem qual é o procedimento, companheiros. Vocês estavam lá, já participaram de várias áreas dessa forma.

É desligada a água, é retirado o saneamento, é retirada a iluminação da área e os escombros ficam lá até ser feita completamente a reintegração da área, retirado o material. Isso é atribuição da subprefeitura. Essa área vai ser destinada para a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, porque é a única que tem condições de dar algum... Não é possível construir nenhum equipamento na área.

- Manifestação do público.

O SR. EDUARDO DEBRASSI – Fazer antes ou depois, não...

- Manifestação do público.

O SR. EDUARDO DEBRASSI – Porque não somos nós que deixamos invadir ou não. Entendeu?

- Manifestação do público.

O SR. EDUARDO DEBRASSI – A reocupação... É...

- Manifestação do público.

O SR. EDUARDO DEBRASSI – Olhem companheiros, eu entendo a revolta de vocês.

Não sei, porque também nessas áreas, todo mundo conhece, eu conheço muito o movimento de moradia, porque eu já fiz bastante movimento de moradia. Quando essas áreas

são liberadas, aparece gente falando: reocupa, porque aí vai ter atendimento.

Sempre a postura da Secretaria, seja no Governo do Kassab, no Haddad, do Doria, nós sempre dissemos claramente que a área seria reintegrada, para as famílias não ocuparem a área, porque elas não teriam atendimento. Num determinado momento, aconteceria a reintegração. Não tem ilusão vendida.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito bem.

O SR. EDUARDO DEBRASSI – Entenderam? Eu quero dizer para vocês o seguinte, existe uma reintegração que não é determinada por Sehab, não é definida por nós. O único que pode evitar esse problema hoje a reintegração da área é o juiz que deu a sentença. É o único que pode.

O SR. ALFREDINHO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pessoal.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Eu vou dar a palavra para aquela senhora, por favor. Venha aqui e fale um pouquinho. Vou abrir o sexto, depois passo para o Vereador Alfredinho. O nome da senhora?

A SRA. MARIA RODRIGUES DE OLIVEIRA - Maria Rodrigues de Oliveira.

O pessoal aqui falou do Morro, que era área de risco 4, mas esqueceu de um detalhe, a área de risco 3 também já foi desocupada, que é a área de risco do córrego. O que aconteceu? Eles foram lá, derrubaram e largaram as madeira lá, em cima do córrego que eles estavam reivindicando. Eles mesmos fizeram isso. Vocês mesmos fizeram isso.

O que a Prefeitura ofereceu foi albergue. Albergue, porque eu liguei.

Eu só tenho um rim, estou sem tratamento, a Prefeitura ofereceu albergue, eu nunca morei em favela, fui para lá, porque eu estava desempregada e não tinha onde morar. Eu tinha duas opções: ou ir para o Morro ou ir para a rua. Eu fui para o Morro. Como eu, tem muita gente lá.

Tem uma senhora lá com dois aneurismas cerebrais que ele, a Prefeitura, o

Governo, seja lá quem for, quer colocar essa senhora na rua. Com dois aneurismas cerebrais, na rua. Eu pergunto: é justo? Cadê o dinheiro que mandaram para fazer as obras lá? Pergunte se alguém do Morro do Macaco pegou? Fizeram? Não fizeram as obras. Digo aqui, podem gravar: nem vão fazer. Eles não fizeram e nem vão fazer, porque a Prefeitura, Governo do Estado, seja lá quem for, foram omissos.

A gente está lá porque o erro não é só nosso. O erro é deles. Então por que só a população tem que pagar? (Palmas) Eles também têm que pagar pelo erro deles. Cadê o dinheiro? Pergunte se alguém do Morro do Macaco tem?

Falando das crianças. Eu só tenho um rim e estou sem atendimento médico. Preciso de atendimento médico. Eu fui lá e eles dão só o remédio da pressão. Mas não encaminham, não dão atenção.

Quero deixar bem claro que se a população do Morro do Macaco errou, errou porque é área de risco. Mas nós tínhamos duas opções: ou vai, ou vai para a rua.

O senhor, se junto com a sua família tivesse duas opções de morar na rua ou morar no Morro do Macaco, você não tivesse condições de pagar aluguel nem nada, sem emprego, com 64 anos que estou fazendo hoje, 64 anos. Você acha que alguém me dá emprego? (Palmas) Não dá não. Ninguém dá emprego não. Ninguém dá emprego para uma senhora de 64 anos com um rim só.

Tudo estrupiado. Tive Síndrome do Tunel do Carpo, duas vezes operada, estou no Morro do Macaco, eu não morava em favela. Nunca morei, pode procurar a minha ficha.

Era só isso. Quero deixar bem claro. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Está bom, D. Maria. Obrigado pela sua contribuição. Vereador Alfredinho.

O SR. ALFREDINHO – Sr. Presidente, na tentativa de fazer encaminhamentos, acho o principal que as pessoas aqui vieram buscar, primeiro acatar a proposta feita pelo Vereador André Santos e sair um ofício em nome desta Comissão solicitando atendimento médico aos familiares que lá estão, porque um ofício saindo desta Comissão tem mais força,

solicitando à Secretaria de Saúde.

O SR. ANDRÉ SANTOS – Queria saber por que isso não foi feito antes, se vocês estavam cientes do problema da população de lá e querem o melhor para eles, por que isso não foi feito antes. Estou conhecendo a situação deles agora. Tem de ter isso rápido.

O SR. ALFREDINHO – Vereador André, aqui somos legisladores, esse é um papel do Governo. O Governo é que tem de fazer isso e sabe o que está acontecendo lá.

O SR. ANDRÉ SANTOS – Então, legislador tem de fiscalizar.

O SR. ALFREDINHO – Por isso trouxe o povo aqui. Exatamente por causa disso. Então a Comissão pode fazer esse ofício em seu nome solicitando o atendimento médico lá.

O Juiz está dizendo que não pode atender, não é bem assim. O Juiz está dizendo para integrar imediatamente, mas não está dizendo que vocês não podem dar atendimento de cadastramento das pessoas que lá estão, da Habitação.

O SR. ANDRÉ SANTOS – O cadastramento já foi feito pela Cohab.

O SR. ALFREDINHO – Quem daqui está cadastrado, todos estão?

- Manifestação do público.

O SR. ALFREDINHO – Quem está cadastrado levanta a mão. (Pausa) Todo mundo aqui está. Quem não está? (Pausa) Pelo que vi aqui é pouca gente que não está.

O SR. ANDRÉ SANTOS – O que prova que a Secretaria esteve lá.

- Manifestação do público.

O SR. ALFREDINHO – Então é cadastrar os que estão aqui e lá, e não estão cadastrados. Essa é obrigação da Secretaria para podermos ter uma noção do que falta cadastrar.

Vereador Gilson, a Comissão também pode enviar as notas taquigráficas com a gravação deste evento, solicitando do Promotor Público, o Juiz que determinou, da forma como determinou, uma mudança de postura. Uma determinação exige que as pessoas sejam retiradas imediatamente e geralmente essas decisões garantem também o atendimento. A Prefeitura precisa atender com o aluguel social ou com o cadastramento da moradia em

empreendimentos da própria Prefeitura.

A Comissão pode mandar para o Juiz que determinou a gravação desta audiência para que possa rever sua posição. É uma tentativa que podemos fazer. Essas são as minhas propostas do ponto de vista de encaminhamento para que possamos sair daqui com algum tipo de encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Só quero dizer que todos os Vereadores que estão aqui são de movimento popular e habitacional também. Vou, inclusive, pedir para o Supervisor de Habitação que faça as inscrições, para ir à Prefeitura fazer as demandas daqueles que ainda não fizeram.

Fazer um requerimento da Comissão encaminhando à Secretaria de Saúde, para que faça o encaminhamento nessa questão do atendimento de Saúde. E a Secretaria fornecer depois ao nobre Vereador Alfredinho para de direito encaminhe, porque tem o Advogado que está acompanhando todos vocês. Então vamos fornecer cópia da audiência e através do Advogado fazer o encaminhamento ao Poder Judiciário.

Essa questão, tenho certeza, não está terminando aqui. Hoje a audiência pública é exatamente para ouvirmos as pessoas, ver as demandas. E foi requerido pelo Vereador e aprovado pelos sete Vereadores.

Tenho certeza que essa questão não vai terminar hoje. Este é um capítulo que ainda vai ao longo do tempo. É isso e agradecemos a presença de vocês.

- Manifestações simultâneas fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – As audiências públicas são para ouvir ambas as partes, para que cada uma delas possa fazer suas colocações. Isso está registrado.

A questão do dia 24 não dá para sabermos como... Pois não.

(NÃO IDENTIFICADO) – Essa questão do dia 24 é uma representação do Ministério Público de uma área particular. Nós não somos parte integrante dessa lide, dessa ação judicial. Então não podemos nos manifestar dentro do processo porque não fazemos parte desse problema.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 17635 DATA: 11/09/2019 FL: 22 DE 22

Então o que sugiro para vocês é o seguinte: que procurem o Ministério Público, a Defensoria Pública e tentassem construir uma alternativa com o Juiz. Nesse aspecto, se formos solicitados a nos pronunciarmos no processo, nós nos posicionaremos dentro do processo.

- Manifestações simultâneas fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Todas essas questões que vocês trouxeram, é bom levar ao Judiciário para que possam tomar conhecimento também, porque isso ajuda na decisão do Juiz.

Vocês têm aí um parlamentar que temos um respeito muito grande, trabalha pelo movimento popular e alguma coisa que tiverem dúvida podem manter contato com a assessoria dele, que está aí dando assistência para vocês.

Estamos com o tempo já encerrado. Agradeço a presença de vocês, agradeço ao Vereador Alfredinho pelo convite feito a vocês, para nós foi uma honra muito grande. Agora temos de abrir outra reunião. Muito obrigado a vocês e estamos junto com o Vereador Alfredinho nessa luta.

Muito obrigado.